



ECONOMIST
IMPACT

Infrascopo 2025

Estudo piloto subnacional no Brasil

Encomendado por



Índice

- 3** Sobre este relatório
- 4** Agradecimentos
- 5** Categorias e indicadores do Infrascopo
- 7** Visão geral resumida
- 8** Principais conclusões
- 10** Destaques do estado

Sobre este relatório

Este documento destaca os resultados de um estudo-piloto que compara e avalia a capacidade de cinco estados brasileiros de realizar parcerias público-privadas (PPPs) sustentáveis, eficientes e voltadas para o impacto em infraestrutura. Os estados selecionados para esse programa piloto incluem São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Pará.

Os governos subnacionais desempenham um papel fundamental no avanço do desenvolvimento econômico e social por meio da infraestrutura. Em reconhecimento a isso, os estados começaram a estabelecer estruturas de PPP e a adaptar suas abordagens às PPPs para melhor atender às prioridades regionais. Embora as estruturas nacionais forneçam uma importante linha de base, os ecossistemas de PPP em nível estadual podem variar substancialmente. Os estados geralmente têm políticas exclusivas de PPP, planos de infraestrutura, instituições de apoio, requisitos de projetos e ambientes de risco financeiro.

Esses aspectos dos ecossistemas locais de PPP não podem ser totalmente compreendidos somente por meio de benchmarking em nível nacional. Esta versão subnacional do índice Infrascope tem o objetivo de permitir a avaliação do progresso dos estados nessas diversas áreas.

A metodologia para esse índice subnacional foi adaptada da metodologia do Infrascope 2023/24 para a América Latina e o Caribe. A nova estrutura metodológica segue a mesma estrutura temática geral, com apenas algumas pequenas atualizações nos nomes e agrupamentos dos indicadores. Para que a metodologia seja adequada ao propósito de avaliar as jurisdições subnacionais, muitos indicadores agora apresentam uma redação revisada ou orientação de pontuação, incluindo critérios adicionais focados em leis, instituições e práticas estaduais.

Para obter informações detalhadas sobre a metodologia usada neste estudo, consulte o apêndice de metodologia que o acompanha. A análise e o conteúdo deste estudo abrangem o período de dezembro de 2024 a abril de 2025.

O índice foi criado pela Economist Impact e conta com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As visões e opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade da Economist Impact e não refletem necessariamente a posição oficial do BID. Quaisquer comentários, correções ou perguntas podem ser encaminhados à Economist Impact.

Agradecimentos

Os seguintes membros da equipe de pesquisa e especialistas contribuíram para este relatório. Agradecemos a eles por sua participação.

Economist Impact:

- **Vaibhav Sahgal**, diretor de projeto: vaibhavsahgal@economist.com
- **Matt Terry**, gerente de projeto: mattterry@economist.com

Banco Interamericano de Desenvolvimento:

- **Marcos Siqueira**, especialista líder em PPP, equipe de PPP
- **Kátia Fenyves**, especialista em mudanças climáticas e sustentabilidade
- **Ramiro Zinder**, consultor de PPP
- **Diego Botassio**, consultor de PPP

Grupo consultivo de especialistas:

Esses especialistas participaram de painéis consultivos e discussões, contribuindo com percepções e recomendações durante o desenvolvimento da metodologia Infrascope subnacional.

- **André Brandão**, BRL Partnerships
- **André Oliveira de Araújo**, SEPPI (Secretaria de Parcerias e Investimentos Estratégicos)
- **Carlos Alexandre Nascimento**, University College London
- **Cleyton Miranda Barros**, Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos, Presidência da República

- **Denis Matias**, CAIXA (Caixa Econômica Federal)
- **Edgard Benozatti**, Companhia Paulista de Parcerias, Estado de São Paulo
- **Fernando Marcato**, Fundação Getúlio Vargas
- **Frederico Turolla**, Pezco Economics
- **Luciana Capanema**, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)
- **Luciene Machado**, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)
- **Manoel Renato Machado Filho**, SEPPI (Secretaria de Parcerias e Investimentos Estratégicos)
- **Maria Stela Miglorancia**, Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos, Presidência da República
- **Mariana Moschiar**, ICO Consultoria
- **Rafael Campolina**, Tereos
- **Raul Borelli**, Manesco Ramires Perez Advogados
- **Reinaldo Fioravanti**, Banco Interamericano de Desenvolvimento
- **Samantha Schuber**, CAIXA (Caixa Econômica Federal)
- **Thierry Besse**, VINCI Concessions

Produção do índices e do relatório:

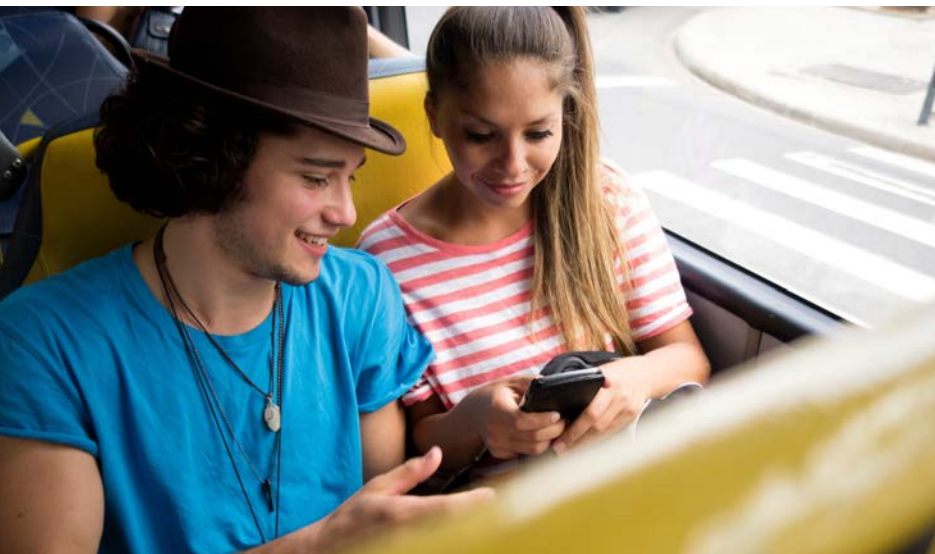
- **Amanda Simms**, revisão de texto
- **Giulia Garcia**, pesquisa e desenvolvimento de metodologia
- **Mateus Getlinger**, pesquisa e redação
- **Susana Ferraz**, layout e design

Categorias e indicadores do Infrascope

Este estudo piloto do Infrascope subnacional Brasil 2025 consiste em cinco categorias, 19 subcategorias, 51 indicadores e 99 subindicadores, tanto qualitativos quanto quantitativos.

Os dados dos indicadores quantitativos são extraídos de várias fontes, incluindo The Economist Intelligence Unit, IJ Global e Banco de Dados de Participação Pública na Infraestrutura do Banco Mundial, entre outros. Os dados qualitativos são provenientes de uma série de fontes primárias (textos legais, sites do governo, relatórios de imprensa e entrevistas com especialistas) e relatórios do setor.

A estrutura central da estrutura do índice está descrita abaixo. Ela segue a mesma organização temática da metodologia Infrascope regional, com apenas algumas pequenas alterações nos nomes e agrupamentos dos indicadores. O apêndice de metodologia que acompanha o relatório fornece mais detalhes sobre como a metodologia foi adaptada para considerações em nível estadual e fornece uma lista completa de subindicadores e definições detalhadas de pontuação.



Legenda:

Categoria		
Subcategoria		
Indicador		
Subindicador (não mostrado)		
	1) Regulamentos e instituições	
	1.1) Ambiente regulatório favorável e apoio político para PPPs	
	1.1.1) Contratos de compras públicas e PPP	
	1.1.2) Coordenação entre agências	
	1.1.3) Vontade política e apoio às PPPs	
	1.2) Agências dedicadas a PPP e equipes de projeto	
	1.2.1) Existência de uma agência de PPP	
	1.2.2) Equipe da agência de PPP	
	1.2.3) Consórcios de projetos e equipes técnicas	
	1.3) Competitividade e abertura das licitações	
	1.3.1) Regulamentos de licitação competitiva	
	1.3.2) Licitações/propostas não solicitadas	
	1.3.3) Publicação do portfólio de projetos	
	1.3.4) Publicação de materiais de licitação	
	1.4) Justiça e transparência nas alterações contratuais	
	1.4.1) Disputas contratuais e arbitragem	
	1.4.2) Procedimentos de renegociação	
	1.4.3) Transparência e supervisão	
	2) Preparação de projetos e sustentabilidade	
	2.1) Seleção de projetos	
	2.1.1) Seleção e priorização	
	2.1.2) Princípios econômicos para a seleção de projetos	
	2.2) Preparação de projetos e apoio	
	2.2.1) Instalações de preparação	
	2.2.2) Suporte aos projetos	
	2.3) Eficiência na preparação de projetos	
	2.3.1) Fechamento financeiro	
	2.3.2) Nível de concentração no setor	
	2.3.3) Administração de terras	
	2.4) Sustentabilidade ambiental e social	
	2.4.1) Impactos ambientais e na comunidade	
	2.4.2) Equidade social	
	3) Financiamento	
	3.1) Estrutura e fontes de financiamento	
	3.1.1) Estrutura financeira	
	3.1.2) Pagamentos baseados em desempenho	
	3.1.3) Fontes de financiamento (títulos de projetos)	
	3.1.4) Fontes de financiamento (financiamento sustentável)	
	3.1.5) Fontes de financiamento (bancos multilaterais)	
	3.1.6) Fontes de financiamento (investidores institucionais)	
	3.2) Acesso ao capital	
	3.2.1) Custo médio de capital	
	3.2.2) Apoio financeiro do governo	
	3.2.4) Desempenho da dívida	
	3.3) Ambiente macro	
	3.3.1) Risco fiscal	
	3.3.2) Maturidade financeira	
	4) Gestão de riscos e monitoramento de contratos	
	4.1) Alocação de riscos	
	4.1.1) Identificação e alocação de riscos	
	4.1.2) Passivos contingentes	
	4.1.3) Direitos de intervenção dos credores	
	4.1.4) Garantias governamentais	
	4.2) Monitoramento e relatórios em nível estadual	
	4.2.1) Gestão de contratos	
	4.3) Risco de desastres	
	4.3.1) Investimento sensível ao risco de desastres (regulamentação)	
	4.3.2) Investimento sensível ao risco de desastres (seguro)	
	4.3.3) Gestão de risco de desastres	
	4.4) Risco de ação governamental	
	4.4.1) Riscos governamentais	
	4.4.2) Rescisão de contratos	
	4.4.3) Risco regulatório	
	5) Avaliação de desempenho e impacto (ex-post)	
	5.1) Avaliação ex-post de projetos PPP	
	5.1.1) Agência e avaliações	
	5.2) Maturidade e qualidade	
	5.2.1) Taxa de mortalidade dos projetos	
	5.2.2) Valor do investimento em PPP	
	5.2.3) Qualidade da infraestrutura	
	5.3) Impacto na qualidade/resultados de infraestrutura	
	5.3.1) Monitoramento e relatórios de qualidade	
	5.4) Impacto nos resultados ambientais e sociais	
	5.4.1) Resultados climáticos	
	5.4.2) Progresso em direção aos ODSs	

Visão geral resumida

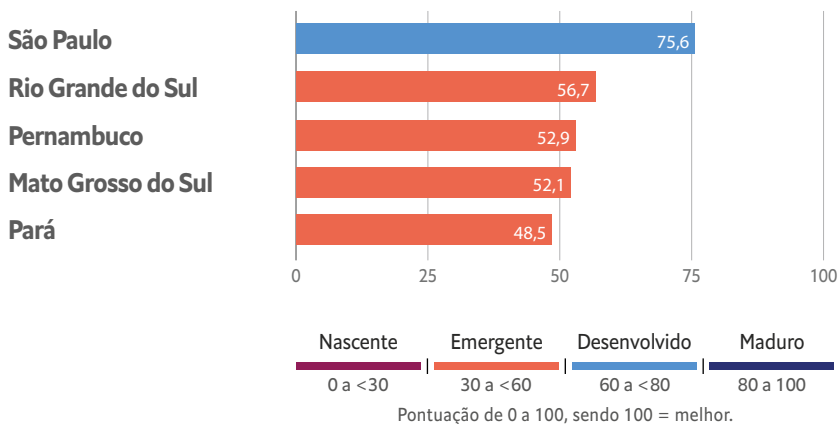
A expansão do índice Infrascope para jurisdições subnacionais brasileiras oferece uma nova perspectiva sobre a prontidão para PPP em cinco estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Pará.

Os ecossistemas de PPP em nível estadual podem variar significativamente em suas políticas, planos, instituições, requisitos de projetos e risco financeiro, embora as estruturas nacionais forneçam uma linha de base para os estados. Dado o papel vital que as jurisdições subnacionais desempenham no desenvolvimento da infraestrutura, criamos o índice Infrascope subnacional para avaliar o progresso dos estados nessas diversas áreas. Esse índice oferece uma ferramenta de diagnóstico para identificar áreas de melhoria e permitir que os estados avaliem a eficácia de seus ecossistemas de PPP.

Os resultados do índice revelam um cenário com vários denominadores comuns. Nos cinco estados, bases regulatórias robustas e maturidade institucional são geralmente a norma, sustentadas pela legislação nacional de PPP e pelo estabelecimento de unidades de PPP em nível estadual. Os principais pontos fortes incluem o amplo apoio político às PPPs, regras de aquisição competitivas e transparência nas licitações. No entanto, ainda há áreas importantes a serem melhoradas em muitos estados, incluindo critérios de priorização de projetos subdesenvolvidos, capacidade limitada de preparação de projetos, capacitação limitada em nível municipal, orientação incompleta de alocação de riscos e integração/monitoramento fraco da sustentabilidade.

São Paulo surge como líder nacional em desempenho de PPP, superando seus pares em quase todas as áreas. Sua estrutura de PPP se destaca por sua amplitude e profundidade, apoiando um forte desempenho em todas as cinco categorias do índice Infrascope. Outros estados, embora demonstrem sólidos fundamentos regulatórios e institucionais, apresentam oportunidades de melhorias específicas na preparação de projetos, financiamento, gestão de riscos e avaliação de desempenho. Os esforços de São Paulo para desenvolver a capacidade em todo o ciclo de vida da PPP posicionam o estado como um modelo de preparação para PPPs subnacionais no Brasil.

Estudo piloto subnacional no Brasil (pontuação geral)



Principais conclusões

As bases regulatórias e institucionais para PPPs são sólidas em todos os estados. O desempenho médio nessa categoria supera em muito as outras áreas. Em nível nacional, a força regulatória é amplamente sustentada por uma legislação abrangente de PPP em nível nacional, juntamente com o estabelecimento de unidades operacionais de PPP em nível estadual. Embora haja equipe técnica em tempo integral em todos os estados, exceto no Pará, o treinamento continua inconsistente e a profundidade técnica varia. A maioria dos estados apresenta sólidos processos de licitação competitiva e transparência em relação às aquisições, de acordo com a orientação das normas federais.

As deficiências na priorização, preparação e sustentabilidade dos projetos prejudicam a capacidade dos estados de desenvolver suas bases de PPP. A maioria dos estados depende exclusivamente de estruturas de priorização de projetos estabelecidas pelo governo federal, sem adaptar os critérios de seleção às necessidades locais ou às estratégias de infraestrutura. Foi estabelecida uma orientação limitada em relação à análise de custo-benefício, tanto em nível nacional quanto entre os estados, e apenas São Paulo e Pernambuco mantêm instalações de preparação de projetos patrocinadas pelo estado. Quando se trata de sustentabilidade, poucos estados integram seus próprios critérios ambientais e sociais na seleção de projetos, e a maioria não tem formas concretas de incorporar os requisitos de sustentabilidade na implementação dos projetos.

A maioria dos estados mostra lacunas significativas na viabilização de aquisições de PPPs em nível municipal. Em geral, os estados oferecem poucos recursos para as cidades e municípios que desejam desenvolver PPPs. Apenas São Paulo e Rio Grande do Sul oferecem apoio estruturado para a preparação de projetos para os municípios, incluindo recursos financeiros, serviços de consultoria técnica e compartilhamento de conhecimento. Nos demais estados, os governos locais não têm o mesmo acesso a essas ferramentas, embora o Mato Grosso do Sul tenha um conselho administrativo que ajuda a facilitar a coordenação entre o estado e os municípios.

O desempenho do financiamento geralmente é desigual. Com exceção de São Paulo, que está muito à frente de seus pares, cada estado tem resultados fortes em algumas áreas, compensados por grandes lacunas em outras. São Paulo desenvolveu uma combinação diversificada de subsídios, garantias, fundos de desenvolvimento e até mesmo um fundo de viabilidade. Em contrapartida, outros estados têm canais de financiamento mais restritos, com participação limitada de bancos multilaterais, investidores institucionais ou fontes sustentáveis. Apenas São Paulo e Pará utilizaram títulos verdes ou empréstimos vinculados à sustentabilidade, ressaltando a raridade do financiamento sustentável em nível subnacional.

As estruturas de gestão de riscos são relativamente fortes em geral, mas as provisões para riscos de desastres estão ausentes em todos os lugares. A maioria dos estados se baseia em políticas de base nacionais estabelecidas para a alocação de riscos, sendo que apenas São Paulo e Pará incorporam elementos de orientação adicional. Por exemplo, o Pará é o único estado que exige que as PPPs considerem o compartilhamento de riscos contratuais para riscos extraordinários, destacando como essas ferramentas são aplicadas de forma desigual. No que diz respeito ao risco de desastres, nem o país nem nenhum dos cinco estados delineou processos de gestão de riscos de desastres ou de força maior em suas regulamentações de PPP, uma omissão surpreendente, considerando os recentes choques climáticos no Brasil.

A capacidade de avaliação ex-post é apoiada por fortes estruturas nacionais de auditoria, mas os esforços em nível estadual são limitados e o monitoramento da sustentabilidade é inexistente. A maioria dos estados se beneficia de auditorias nacionais abrangentes, mas as instituições de auditoria estaduais nem sempre realizam avaliações ex-post e, em geral, carecem de metodologias rigorosas. Enquanto isso, nenhum estado tem requisitos para monitorar os impactos ambientais durante a implementação da PPP ou avaliar o desempenho social e ambiental após a conclusão do projeto. Isso limita a responsabilidade e prejudica o alinhamento com os padrões ambientais, sociais e de governança (ESG) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU.



Destaques do estado



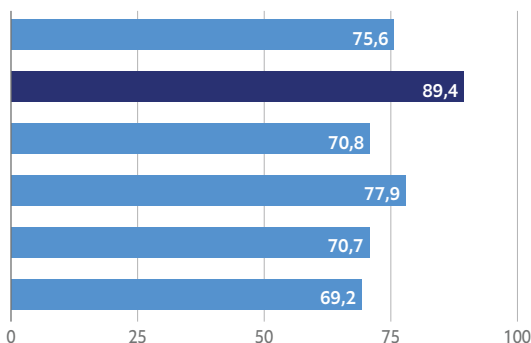
São Paulo, o estado mais populoso do Brasil e que abriga a maior rede de transporte do país, lidera o índice com uma pontuação geral de 76 de 100. Essa pontuação se enquadra na faixa "desenvolvido" (entre 60 e 80), um pouco abaixo de "maduro". O estado apresenta um desempenho consistentemente forte em todas as cinco categorias. Com 35 PPPs de infraestrutura que chegaram ao fechamento financeiro na última década, São Paulo superou os outros quatro estados juntos, que registraram apenas 25.

São Paulo é um dos dois únicos estados que publicou um manual abrangente de PPP, fornecendo orientação ampliada sobre seus regulamentos de PPP e sobre a coordenação entre agências estaduais e nacionais. Outros pontos fortes importantes estão no apoio financeiro diversificado do estado às PPPs e em suas sólidas instalações de preparação de projetos.

No entanto, ainda há muito espaço para melhorias nos padrões de avaliação de projetos, especialmente em relação à sustentabilidade. Isso inclui tanto o monitoramento contínuo quanto a avaliação ex-post dos impactos ambientais.

Pontuação geral do índice

- 1) Regulamentos e instituições
- 2) Preparação de projetos e sustentabilidade
- 3) Financiamento
- 4) Gestão de riscos e monitoramento de contratos
- 5) Avaliação de desempenho e impacto (ex-post)



Principais pontos fortes

- Orientação sobre coordenação estadual-nacional, consórcios de projetos e equipes técnicas (1.1.2, 1.2.3)
- Instalações de preparação de projetos patrocinados pelo Estado (2.2.1)
- Apoio financeiro do governo (fundos de desenvolvimento, subsídios, garantias, etc.) (2.2.2, 3.2.2, 4.1.4)
- Qualidade geral da infraestrutura (5.2.3)

Áreas para melhoria

- Adoção de um plano estadual de infraestrutura e estratégia de priorização para PPPs (2.1.1)
- Requisitos para análise de custo-benefício (2.1.2.a)
- Regulamentos sobre gestão de riscos de desastres e eventos de força maior (4.3.1, 4.3.3)
- Avaliação dos resultados ambientais e sociais (5.4)





O **Rio Grande do Sul**, um centro industrial com infraestrutura logística estratégica em portos e aeroportos, recebe uma pontuação geral de 57 de 100. Essa pontuação fica no topo da faixa "emergente" (entre 30 e 60), pouco abaixo de "desenvolvido". Seu desempenho mais forte está na categoria de regulamentações e instituições, na qual obteve uma pontuação de 70, superando facilmente a média de 53 nas demais categorias.

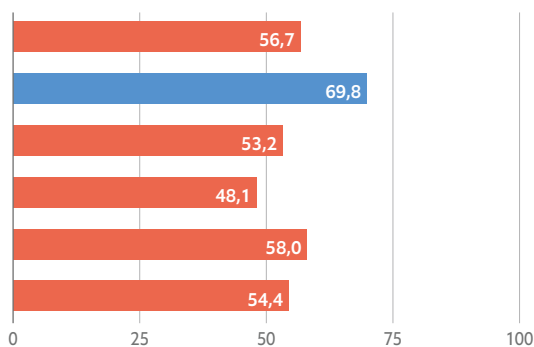
As bases institucionais do estado para as PPPs são, em geral, sólidas, com forte apoio político e uma agência de PPP com bons recursos e altamente

treinada. É também o único estado com um plano estratégico de infraestrutura, lançado após as graves inundações que ocorreram em 2024, que melhora as credenciais de planejamento de longo prazo do estado.

No entanto, ainda existem lacunas importantes em áreas como a inclusão da sustentabilidade social nos critérios de seleção de PPPs, a disponibilidade de fundos de apoio a projetos patrocinados pelo Estado e relatórios regulares sobre PPPs em andamento.

Pontuação geral do índice

- 1) Regulamentos e instituições
- 2) Preparação de projetos e sustentabilidade
- 3) Financiamento
- 4) Gestão de riscos e monitoramento de contratos
- 5) Avaliação de desempenho e impacto (ex-post)



Principais pontos fortes

- Apoio político ativo, incluindo uma nova agenda de PPP e um plano de infraestrutura (1.1.3.a, 2.1.1.a)
- Unidade de PPP com equipe completa, com experiência multidisciplinar e treinamento regular em PPPs (1.2.2)
- Apoio formal às atividades de preparação de projetos pelos municípios (2.2.1.b)
- Integração dos resultados ambientais em cada plano de implementação do projeto (2.4.1.a)

Áreas para melhoria

- Fundo de desenvolvimento de projetos patrocinado pelo Estado ou fundo de lacuna de viabilidade (2.2.2)
- Inclusão de critérios de equidade social na seleção de PPPs (2.4.2)
- Situação fiscal do estado e capacidade de pagamento de novos empréstimos (3.3.1.b)
- Frequência de relatórios regulares para projetos em andamento (4.2.1.c)





Pernambuco, o principal centro logístico do nordeste e um centro de tecnologia digital em crescimento, recebe uma pontuação de 53 de 100. Essa pontuação cai na extremidade superior da faixa "emergente" (entre 30 e < 60). Sua pontuação mais alta na categoria é 61 para regulamentos e instituições, um passo acima da pontuação média de 51 nas demais categorias.

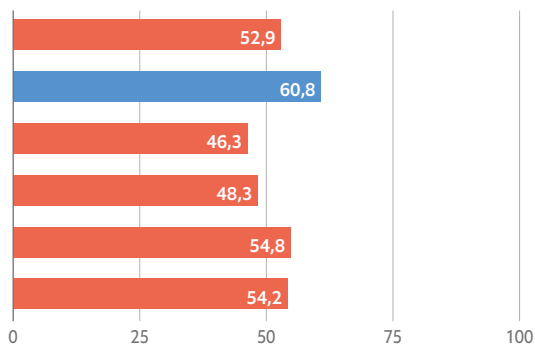
Pernambuco se destaca pela eficiência de seu ambiente de preparação de projetos. O estado oferece instalações de suporte

técnico sólidas para a preparação de projetos e recebe pontuações de destaque em relação à eficiência da administração fundiária e à taxa de fechamento financeiro.

No entanto, o estado deixa a desejar em sua abordagem estratégica para PPPs, prejudicada pela falta de um plano de infraestrutura ou estratégia de priorização de PPPs, apoio mais fraco para consórcios de projetos e equipes técnicas e lacunas nos critérios de sustentabilidade ambiental e social.

Pontuação geral do índice

- 1) Regulamentos e instituições
- 2) Preparação de projetos e sustentabilidade
- 3) Financiamento
- 4) Gestão de riscos e monitoramento de contratos
- 5) Avaliação de desempenho e impacto (ex-post)



Principais pontos fortes

- Procedimentos de licitação competitiva e mecanismos de supervisão (1.3.1)
- Instalações de preparação de projetos fornecidas pelo estado (2.2.1.a)
- Taxa de PPPs de infraestrutura que atingem o fechamento financeiro (2.3.1)
- Solidez do ambiente macroeconômico do estado (risco fiscal e maturidade financeira) (3.3)

Áreas para melhoria

- Orientação e suporte para consórcios de projetos e equipes técnicas (1.2.3)
- Regulamentos sobre renegociações e alterações contratuais (1.4)
- Plano de infraestrutura em nível estadual e estratégia de priorização de PPP (2.1.1)
- Requisitos e critérios de sustentabilidade ambiental e social (2.4)
- Diretrizes e suporte para alocação de riscos (4.1)



O **Mato Grosso do Sul**, um estado de agronegócio voltado para a exportação e focado na modernização e ecologização de suas redes rodoviárias e ferroviárias, obteve uma pontuação geral de 52 de 100. Essa pontuação cai na extremidade superior da faixa "emergente" (entre 30 e < 60). Sua pontuação mais alta na categoria (68) para regulamentos e instituições supera em muito a pontuação mais baixa (38) para preparação e sustentabilidade de projetos.

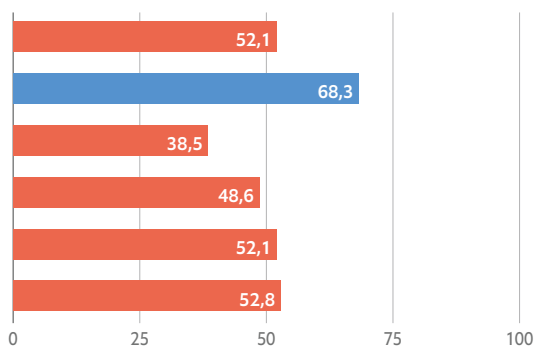
O estado mostra uma força especial em suas regulamentações fundamentais de PPP, com um guia de PPP dedicado que explica as leis estaduais

e nacionais aplicáveis e descreve os processos em todo o ciclo do projeto. O estado também se destaca na coordenação de PPPs municipais, com um conselho administrativo que fornece mecanismos para a coordenação direta entre o estado e municípios.

Embora o estado publique um plano anual para PPPs, ele não está integrado a um plano mais amplo de desenvolvimento de infraestrutura com critérios claros para priorizar as PPPs. O estado também fica para trás quando se trata de fornecer assistência à preparação de projetos por meio de instalações dedicadas.

Pontuação geral do índice

- 1) Regulamentos e instituições
- 2) Preparação de projetos e sustentabilidade
- 3) Financiamento
- 4) Gestão de riscos e monitoramento de contratos
- 5) Avaliação de desempenho e impacto (ex-post)



Principais pontos fortes

- Um dos dois únicos estados com um guia/manual de PPP dedicado (1.1.1.a)
- Publica um Plano de Parceria Estadual anual, destacando as áreas de interesse e um possível pipeline de PPPs (1.3.3.b)
- Alocação de orçamentos estaduais para um fundo de desenvolvimento de projetos (2.2.2.a)
- Forte acesso ao capital e capacidade fiscal robusta (3.2, 3.3.1.b)

Áreas para melhoria

- Regulamentos sobre renegociações e alterações contratuais (1.4)
- integração do Plano de Parceria Estadual anual em um plano de desenvolvimento de infraestrutura mais amplo (2.1.1.a)
- Instalações de preparação de projetos, incluindo instalações de suporte para municípios (2.2.1)
- Diretrizes para alocação de riscos e suportes relacionados (4.1)





O **Pará**, um grande estado amazônico que está melhorando sua infraestrutura urbana e social enquanto se prepara para sediar a COP30, tem a pontuação mais baixa do índice, com 49 de 100. Essa pontuação cai na faixa "emergente" (entre 30 e 60). Sua pontuação mais alta na categoria (60) para regulamentos e instituições supera em muito sua pontuação mais baixa na categoria (33) para preparação e sustentabilidade de projetos.

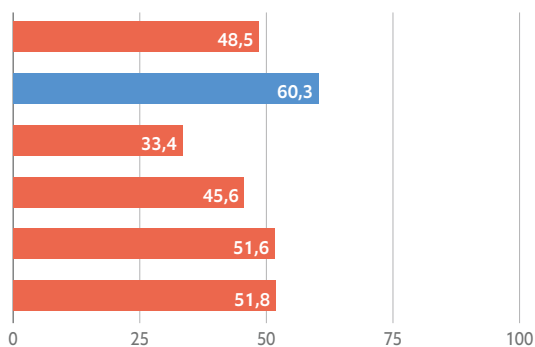
O Pará apresenta algumas práticas notáveis em alocação de riscos e sustentabilidade. É o único estado em que os mecanismos contratuais

de compartilhamento de riscos devem ser considerados, além de ser o único estado que fornece apoio para avaliações de impacto ambiental em nível municipal e define padrões de projetos sustentáveis.

Entretanto, a capacidade técnica e o apoio institucional limitados para a preparação de projetos restringem os esforços para estruturar e financiar PPPs. É também o único estado entre os cinco que não publicou informações sobre um possível pipeline de PPP.

Pontuação geral do índice

- 1) Regulamentos e instituições
- 2) Preparação de projetos e sustentabilidade
- 3) Financiamento
- 4) Gestão de riscos e monitoramento de contratos
- 5) Avaliação de desempenho e impacto (ex-post)



Principais pontos fortes

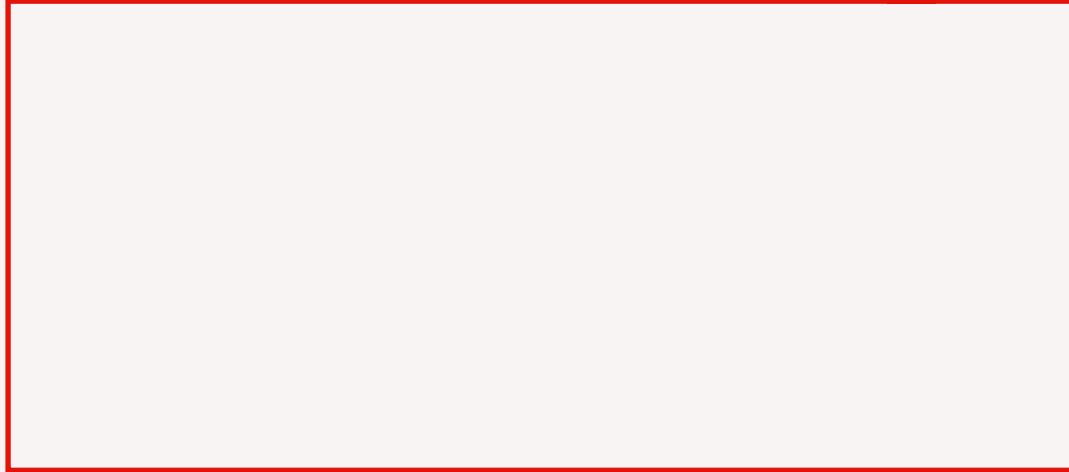
- Suporte técnico para análises de impacto ambiental dos governos locais (2.4.1.a)
- Incorporação ativa de elementos de preparação para o futuro nos projetos (2.4.1.d)
- Acordos contratuais de compartilhamento de riscos devem ser considerados para riscos extraordinários (4.1.1.a)
- Avaliações ex-post publicadas online (5.1.1.b)

Áreas para melhoria

- Orientação e suporte para consórcios de projetos e equipes técnicas (1.2.3)
- Único estado que não publicou informações sobre o possível pipeline de PPP (1.3.3.b)
- Instalações de preparação de projetos e fundos de apoio (2.2.1)
- Menor taxa de fechamento financeiro para PPPs (2.3.1)



Embora todos os esforços tenham sido feitos para verificar a precisão dessas informações, a Economist Impact não pode aceitar qualquer responsabilidade ou obrigação pela confiança de qualquer pessoa neste relatório ou em qualquer uma das informações, opiniões ou conclusões apresentadas neste relatório. As conclusões e opiniões expressas no relatório não necessariamente refletem as opiniões do patrocinador.



LONDRES

The Adelphi
1-11 John Adam Street
London WC2N 6HT
Reino Unido
Tel: (44) 20 7830 7000
Email: london@economist.com

GENEBRA

Rue de l'Athénée 32
1206 Geneva
Suíça
Tel: (41) 22 566 2470
Fax: (41) 22 346 93 47
Email: geneva@economist.com

WASHINGTON DC

920 L Street NW
Suite 500
Washington DC
20002
Estados Unidos
Email: americas@economist.com

NOVA YORK

900 Third Avenue
16th floor
New York, NY 10022
Estados Unidos
Tel: (1.212) 554 0600
Fax: (1.212) 586 1181/2
Email: americas@economist.com

DUBAI

Office 1301a
Aurora Tower
Dubai Media City
Dubai
Tel: (971) 4 433 4202
Fax: (971) 4 438 0224
Email: dubai@economist.com

HONG KONG

1301
12 Taikoo Wan Road
Taikoo Shing
Hong Kong
Tel: (852) 2585 3888
Fax: (852) 2802 7638
Email: asia@economist.com

CINGAPURA

8 Cross Street
#23-01 Manulife Tower
Cingapura
048424
Tel: (65) 6534 5177
Fax: (65) 6534 5077
Email: asia@economist.com